

Moreira Franco começa a criticar governo pelos cortes no orçamento

por Riomar Trindade
do Rio

O habitualmente moderado governador fluminense Wellington Moreira Franco alterou o tom de voz, na sexta-feira, e criticou asperamente a "operação desmonte", promovida pelo governo Sarney, bem como a sequência de medidas com que, segundo ele, os ministérios do Planejamento e da Fazenda "anulam a capacidade de investimentos dos estados e municípios".

"As ações do governo da união deveriam se resumir em cortar a própria hipertrofia e prepotência e não, na realidade, desmontar os governos municipais e estaduais. Querem impedir que esses governos tenham capacidade de investimentos públicos, ou seja, de garantir serviços fundamen-

tais eficazes e baratos à população", afirmou Moreira Franco, em discurso no Palácio Guanabara, logo após o convênio que transferiu da união para o estado o controle acionário da Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro (Ceasa). Moreira disse que o procurador geral da Fazenda Nacional, Cid Heráclito de Queiroz, presente à cerimônia, deveria levar ao Ministério da Fazenda o "ponto de vista" do governo do estado.

"Se a operação desmonte, tão falada pelo governo federal fosse essa, a de transferir para os estados parte de sua estrutura, não tenho dúvidas de que teria o apoio generalizado de todos os administradores, de toda a população", afirmou Moreira Franco. E acrescentou, cáustico: "Entendo que o governo federal deixe



Moreira Franco

de ser tão grande, tão centralizador, tão autocrático e insensível pela própria hipertrofia de suas atividades. Mas há outro aspecto dessa malfadada operação que tem de ser combatida, que é o desmonte do poder

público municipal e estadual, através de uma miopia que acha que o déficit público será combatido pelo 'zeramento' da capacidade de investimento dos governos estaduais e municipais".

A Resolução nº 1.469, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que congela os investimentos públicos, também mereceu críticas do governador fluminense. "Essa famigerada resolução é o exemplo mais contundente da visão miope dos setores econômicos do governo, e há por parte daqueles que a elaboram a vontade de ampliar, de torná-la mais rigorosa, de criar todas as dificuldades no sentido de que os municípios e estados reencontrem a estabilidade financeira e econômica necessária para garantir os investimentos públicos."